



CARTA ABERTA: OS 30 ANOS DO ECA E AS AMEAÇAS AOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

13 de julho de 2020

Rememorar os 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei nº 8.069/1990), é reviver a História do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, das entidades da sociedade civil do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos diferentes movimentos sociais em defesa dos direitos humanos de crianças, adolescentes e jovens. Nesta trajetória, organizações da sociedade civil construíram uma mobilização expressiva em todo território nacional, produzindo uma efetiva participação das próprias crianças e adolescentes. Esse movimento questionou o Código de Menores e a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, e suas respectivas instâncias estaduais, as chamadas Febems, e sua luta produziu o ECA.

Os direitos fundamentais estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitam repensar os conceitos do que é ser criança e o que é viver as infâncias. Meninos e Meninas em situação de rua, em cumprimento de medidas socioeducativas, de povos e comunidades tradicionais, migrantes e refugiados, com deficiência, do campo e da cidade... ao longo de seus 30 anos, o Estatuto foi construindo possibilidades de pensar os direitos das crianças e adolescentes no plural, independente de classe social, cor, raça-etnia, gênero e crença.

O ECA é fruto da democracia. A própria criação dos conselhos dos direitos da criança e do adolescente e dos conselhos tutelares representa um desdobramento da Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”. O Estatuto estabelece as normativas à garantia da proteção integral da criança e do adolescente. A política de atendimento prevista no Estatuto define um arcabouço de ações de responsabilidade do Estado e da sociedade, regulamentada por diversas Leis correlatas em vigência.

Em 2020, a população brasileira de crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos é de 65,6 milhões de pessoas, o que demonstra a relevância de uma legislação de proteção à infância e a adolescência. São milhões de pessoas portadoras dos direitos positivados no Estatuto, meninas e meninos de diferentes idades que têm prioridade absoluta à Saúde, à Educação, à Segurança, à Cultura e ao desenvolvimento digno

de suas vidas, independente de gênero, raça, etnia, crença ou classe social. O ECA é garantidor de direitos para todas as crianças e adolescentes sem qualquer discriminação, e assim deve ser visto pela sociedade e implementado pelo Poder Público.

Resguardar os direitos fundamentais da criança e do adolescente culminou na institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - SGD (Resolução nº 113/2009 do CONANDA). Esse sistema constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal.

O SGD deve se articular com todos os sistemas nacionais de operacionalização de políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde, educação, assistência social, trabalho, segurança pública, planejamento, orçamentária, relações exteriores e promoção da igualdade e valorização da diversidade com o respeito à diversidade étnico e racial. Com a função de promover, defender e controlar a efetivação dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais, coletivos e difusos, em sua integralidade, em favor de todas as crianças e adolescentes, de modo que sejam reconhecidos e respeitados como sujeitos de direitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento; colocando-os a salvo de ameaças e violações a quaisquer de seus direitos, além de garantir a apuração e reparação dessas ameaças e violações. Decorridos 30 anos de vigência do ECA, os órgãos que integram o Sistema de Garantia de Direitos - SGD estão sendo fragilizados por meio de ataques constantes no que se refere às suas estruturas de funcionamento, sobretudo na questão da execução orçamentária, comprometendo seriamente a promoção da política pública, do controle e participação social e do próprio fortalecimento da rede de proteção de meninas e meninos no Brasil.

Neste ano de 2020, não é possível falar dos 30 anos do Estatuto sem abordar os impactos da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). O Brasil vive uma crise sanitária e social que vem se agravando a cada dia, sobretudo em decorrência da crise política. A pandemia explicitou a situação de inúmeras famílias, crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza ou abaixo da linha da pobreza, o que denuncia a fragilidade/precariedade das políticas públicas e abre um enorme flanco para aumento das mais diferentes formas de violências. Nesse contexto, os crimes praticados por meio da internet contra crianças e adolescentes cresceram em números vertiginosos. Na atual conformação política e econômica do país se fortalece a permanência histórica do tratamento às desigualdades sociais como excludentes de direitos. Um passado que não quer passar.

O atual cenário intensifica os retrocessos políticos gerados a partir de 2016 e com a Emenda Constitucional nº 95, que promoveu o desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e das políticas de Educação. Estes retrocessos promovem, ainda, a fragilização sistemática da

participação e controle social nas políticas públicas, nos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, mais notadamente no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e no Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dentre os atos do Poder Público, os Decretos nº 10.003/2019 e nº 10.055/2019 e o Plano Plurianual (PPA) 2020 - 2023 têm impedido a promoção, defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente. Os retrocessos se impõem em diferentes áreas dos direitos conquistados de Crianças e Adolescentes. Eles atingem, dentre outros, os direitos fundamentais preconizados no Estatuto, tais como:

- Na área da Saúde, as imposições de ideologias afetam a aplicação dos marcos regulatórios nacionais e internacionais. Para assegurar o saudável desenvolvimento das crianças e dos adolescentes, é dever do Estado efetivar políticas públicas voltadas ao atendimento e cuidado desses. E essa proteção deverá se dá desde a gestação, passando pelo pré-natal, criação de berçários e creches, vacinação, bem como, atendimento prioritário nas instituições de saúde. Importante, também, verificar a disponibilização de ações que prezam a saúde mental na infância e adolescência, sendo aí um fundamental apoio no que se refere à prevenção a violências. Tais políticas estão em desmonte, por falta de recursos e impedimentos à participação social.

- Em relação à convivência familiar e comunitária, cresce o número de crianças e adolescentes que necessitam de acolhimento. Toda e qualquer ação pautada pela violência, de qualquer natureza, imputada a crianças e adolescentes deve ser amplamente denunciada, combatida e nunca tolerada. Para tal, é preciso fortalecer o Disque 100 e todos os mecanismos de denúncia, considerando as condições de acessibilidade destes canais.

- Na área da Educação, as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) devem ser cumpridas até 2024, com dispositivos que devem ser alcançadas gradualmente até o prazo limite. Decorrido mais da metade do prazo, cerca de 85% das metas não atingiram o mínimo esperado, tendo inclusive retrocesso em algumas delas como por exemplo, a perda de cerca de 10 mil escolas e quase um milhão e meio de matrículas, o aumento dos índices de abandono escolar e o avanço do analfabetismo funcional. O desinvestimento dos recursos públicos, o esquecimento do PNE e o abandono da agenda educacional, inviabilizam a garantia do direito à educação pois coloca em risco programas essenciais como Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

- A política nacional de combate ao trabalho infantil, embora tenha tido alguns avanços nas duas primeiras décadas de vigência do ECA, tem sofrido muitos retrocessos nos últimos anos. Não obstante o Brasil ainda tenha mais de dois milhões de crianças e adolescentes em situação de trabalho, o orçamento destinado ao Programa de Combate ao Trabalho Infantil (Peti) foi totalmente suprimido. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) foi extinta pelo atual

governo. O Plano Nacional de Aprendizagem Profissional, lançado em 2008, não foi implementado pela administração pública e foi apenas em parte pela iniciativa privada. As empresas cumprem apenas 50% da cota mínima de 5% da aprendizagem profissional. A União, os Estados e Municípios não implantaram programas de aprendizagem na administração pública. A aprendizagem no sistema socioeducativo não tem recebido a devida atenção do poder público. Muitos Projetos de Lei têm sido apresentados no Congresso Nacional propondo a redução da cota mínima de aprendizagem, o que representa constante risco de retrocessos.

- Há retrocessos significativos na implementação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em termos de redução de recursos orçamentários, e falta de coordenação, no âmbito federal, de uma política nacional, o que prejudica o estabelecimento de fluxos de atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência, a garantia de atendimento integral com base no respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento de ações articuladas, a fim de enfrentar situações de violações de direitos de crianças e adolescentes, sobretudo a violência sexual. Destaca-se ainda, a necessidade de tornar o Disque 100 um canal mais acessível, responsivo e com atendimento especializado para crianças e adolescentes no momento da denúncia. São medidas urgentes para o necessário aprimoramento do atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados. A violência, que encarcera cada vez mais nossos adolescentes, representa a capacidade limitada do Estado no cumprimento a Lei nº. 12.594/2012, que impede a avaliação e acompanhamento efetivo do atendimento humanizado das medidas sócio educativas.

- As crianças e adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais têm sido silenciadas de forma covarde e inescrupulosa, especialmente as que advêm dos modos de vida, de ser e de estar, pelo preconceito histórico, e racismos institucional e estrutural. Dessa forma, é preciso reforçar os princípios constitucionais de inviolabilidade do lar, povo, rancho, reserva, comunidades, logradouros ou barracas. Precisamos combater a desumanização dessas crianças, seja ela imposta pela fome e pela pobreza, pela negação da educação escolar, pela violência de invasões, pela retirada da terra, pelo abuso, pela violência sexual e pelo racismo estrutural. Assim, defendemos a plena efetivação da Resolução 181/2016 do Conanda, através de todas as medidas administrativas, legislativas e de qualquer natureza, imprescindíveis para a implementação destes direitos, utilizando o máximo de recursos disponíveis para a efetivação de políticas sociais públicas que permitam as garantias de condições dignas de existência e a promoção de seu desenvolvimento integral, sendo portanto, reconhecidos como absoluta prioridade, sem distinção de raça, cor e etnia, mas cientes de suas diversidades de modos de vida.

Defendemos os princípios do não-retrocesso e da progressividade dos direitos humanos assegurados pela Constituição Federal de 1988, pela Convenção Interamericana de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, e neste 13 de julho de 2020 reafirmamos a importância da plena efetividade

do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Doutrina de Proteção Integral e dos princípios da Prioridade Absoluta aos direitos humanos de crianças e adolescentes no Brasil. Depois de 30 anos da promulgação do Estatuto, é necessário enfrentar o passado menorista, reafirmando a luta contra os retrocessos e o fascismo que permeia o cotidiano brasileiro, materializado nas famílias enlutadas pela morte dos filhos e filhas que tiveram suas vidas ceifadas pelo racismo estrutural e institucional, pela desproteção do Estado e pelas violências vividas no campo e na cidade.

Nesses 30 anos de trajetória, não podemos negar a História: a História de luta pelos direitos fundamentais de nossas meninas e meninos. Viva o Estatuto! Viva nossas crianças e adolescentes e o direito de viverem suas diferentes infâncias!

Assinam esta Carta:

Frentes Parlamentares

Frente Parlamentar Mista de Promoção de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância

Frente Parlamentar com Participação Popular Feminista e Antirracista

Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação

Frente Parlamentar em defesa dos direitos da Criança e do Adolescente – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes de Sergipe

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos

Frente Parlamentar em defesa dos Direitos Humanos com participação popular

Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana

Frente Parlamentar Mista da Educação

Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento à Violência nas Escolas

Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às IST, HIV/AIDS e das Hepatites Virais
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial

Frente Parlamentar Mista em Defesa do Setor Elétrico Brasileiro

Frente Parlamentar Mista Pacto Nacional contra as Fake News

Frente Parlamentar pela Promoção e Defesa dos Direitos da Criança da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Entidades da Sociedade Civil

ACONTAGPE -Associação dos Conselheiros (as) e Ex. Conselheiros (as) Tutelares da região do Agreste do Estado de Pernambuco

AFAD Porto Alegre - Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down/ Região Sul

AMMEP - Associação Meninos e Meninas de Progresso

Amopeti - Adolescentes mobilizados pela prevenção e erradicação do trabalho infantil
ANDI - Comunicação e Direitos

Associação Ana Terra - Rosário do Sul (RS)

Associação Batista Beneficente e Missionária

Associação Beneficente Nossa Senhora Auxiliadora - São Leopoldo (RS)

Associação Catarinense de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares – ACCT

Associação Comunitária Campo da Tuca e Rede Criança - Porto Alegre (RS)

Associação da Rede de Conselheiros (as) e Ex-Conselheiros (as) Tutelares do Estado do Maranhão – ACECTMA

Associação de Apoio a Criança e ao Adolescente-Amencar – São Leopoldo (RS)

Associação de Conselheiros (as) Tutelares e Ex-Conselheiros (as) Tutelares do Estado da Paraíba – ACONTEPAB

Associação de Conselheiros (as) Tutelares e Ex-Conselheiros (as) Tutelares dos Municípios do Rio Grande do Norte – ACECTURN

Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Mato Grosso – UNIFICAR – ACTMT

Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Rio de Janeiro
– ACTERJ

Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de Pernambuco
- ACONTEPE

Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Municípios Paraenses
– ACONEXTEL

Associação de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares no Estado do Amapá –
ACET

Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Mato Grosso do Sul – ACETEMS

Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Paraná – ACTEP

Associação de Conselheiros Tutelares do Estado do Piauí – ACONTEPI

Associação de Conselheiros Tutelares e Ex-Conselheiros do Estado da Bahia –
ACTEBA

Associação de Conselheiros/as e Ex-Conselheiros/as Tutelares do Estado de Goiás
– ACETEGO

Associação de Educadores Populares de Porto Alegre - AEPPA

Associação de Educadores Populares de Porto Alegre - AEPPA Freire (RS)

Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Distrito Federal - ACT-
DF

Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado do Rio Grande
do Sul – ACONTURS

Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo
– ACTESP

Associação dos Conselheiros Tutelares do Estado de Rondônia – ACTRON

Associação dos Conselheiros, Ex-Conselheiros Tutelares e Suplentes do Estado do
Ceará – ACONTESCE

Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul Freire
(RS)

Associação Espírita Lar Transitório de Christie (AELTC)
Associação Estadual Carlos Fischer (RS)

Associação Internacional de Cultura Romani- AICRON

Associação Internacional Maylê Sara Kali- AMSK/Brasil

Associação dos Juristas pela Democracia - AJURD

Associação Nacional Criança Não É de Rua

Associação Nacional dos Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
- ANCED/Seção DCI Brasil

Associação Nacional dos Educadores e Educadoras Sociais - ANEES

Associação Pestalozzi de Canoas

Associação Tocantinense de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares – ATCT

Associação Vida Nova - AVN - São Leopoldo (RS)

Associações de Conselheiros e Ex Conselheiros Tutelares do Acre - ASCONTAC

Associação Mantenedora Pandorga - São Leopoldo (RS)

Casa de Cultura Ilê Asé D’Osoguia - CCIAO

CCEI Talitha Kum - São Leopoldo (RS)

CECIP-Centro de Criação de Imagem Popular

Cecria - Centro de Referência Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes

CEDCA/PR- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes
do Estado do Paraná

CEDECA Casa Renascer

CEDECA Ermínia Costa

CEDECA Rio de Janeiro

CEDECA/PROAME – São Lepoldo (RS)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB (RS)

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil - CGTB (RS)

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro Cultural Escrava Anastácia / SC - CCEA.

Centro Cultural Marli Medeiros - Porto Alegre (RS)

Centro da Juventude Santa Cabrini /Teresina/PI

Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan -Cedeca/BA

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDECA DF

Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Interlagos (CEDECA Interlagos)

Centro de defesa dos direitos humanos e educação popular do Acre- CDDHEP

Centro de Direitos Econômicos e Sociais – CDES – Porto Alegre (RS)

Centro de Educação Ambiental – CEA - Porto Alegre (RS)

Centro de Educação e Cultura Popular- CECUP

Centro de educação Margarida Pereira da Silva PB

Centro de Estudos Integrados Infância, Adolescência e Saúde - CEIIAS

Centro de Referência Integral de Adolescentes - CRIA

Centro de Triagem da Vila Pinto - Porto Alegre (RS)

Ciespi/Puc-Rio

COL - Círculo Operário Leopoldense (RS)

Coletivo de Proteção à Infância Voz Materna (RS)

Coletivo Feminino Plural – Porto Alegre (RS)

Coletivo Mosaico

COMDAC/Belém

COMDEDICa - São Leopoldo (RS)

Comitê em Defesa da Democracia e do Estado Democrático de Direito

Comitê Nacional de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Comunidade Lovara/DF

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI)

Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDICAR

Conselho Federal da OAB

Conselho Federal de Psicologia

Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Sylvania (GO)

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaquí/RS - CMDCA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro

Conselho Tutelar - Zona Rural de Abaetetuba - PA

Conselho Tutelar Brasília I

CPERS/Sindicato

CUT/RS

Encontro Nacional de Educação Social

Escola de Conselhos de Pernambuco/Universidade Federal Rural de Pernambuco

Escola de Educação Infantil Vovó Belinha – POA/RS

Escola de Gente - Comunicação em Inclusão

Eu Reconheço o ECA - EURECA

Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços - ACM

Federação Nacional das Associações Pestalozzi

Fórum Associativo de Conselheiros e Ex Conselheiros do Estado Sergipe - ACTEES

Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - FDCA DF

Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil;

Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares - FCNCT

Fórum Estadual Associado de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares de Alagoas – FEACECTAL

Fórum Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (RS)

Fórum Estadual dos Direitos Humanos de Crianças e adolescentes de SC - FEDCA;

Fórum Gaúcho de Educação Infantil – FGEI

Fórum Gaúcho de Educação Infantil – FGEI (RS)

Fórum Mineiro de Conselheiros Tutelares – FMCT

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil - (FNPETI)

Fórum Nacional dos direitos da criança e do adolescente - FNDCA

Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único de Assistência Social - FNUSUAS

Fórum Nacional Popular da Educação – FNPE (RS)

Fórum Permanente de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Amazonas – FECTAM

Frente Parlamentar em Defesa da Escola Pública e em Respeito ao Profissional da Educação (RS)

Fundação Angelica Goulart

Fundação Educacional Joanna de Angelis - SC;

Fundação Fé e Alegria do Brasil

Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - Gajop

Grupo de Trabalho sobre Direitos, Infâncias e Juventudes do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais

Grupo pela livre expressão sexual - Pelotas (RS)

Idec - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

IDECA Instituto Diálogos do ECA.

Instituto Alana

Instituto Aliança

Instituto Brasiliana

Instituto da Infância - IFAN

Instituto de Assistência a Criança e ao Adolescente de Santo Antônio - IACAS (Manaus)

Instituto de Cidadania e Direitos Humanos - Teia

Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania - Idesc

Instituto de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais do Brasil (IDHESCA) – Porto Alegre (RS)

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Instituto de Mulheres de Santana - Santana do Livramento (RS)

Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente - INDICA

Instituto EcoVida

Instituto Fazendo História

Instituto Lennon - São Leopoldo (RS)

Instituto PROMUNDO

Instituto Sou da Paz

Instituto Viva Infância

Jornadas em Defesa da Educação Democrática e do Pensamento de Paulo Freire

MIEIB

Movimento das Mulheres Negras da Floresta - Dandara (Manaus/AM)

Movimento de Justiça e Direitos Humanos - MJDH

Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Educação Popular - MEP

Movimento em Defesa da Educação (RS)

Movimento Estadual de Trabalhadores/as por Direitos - MTD (RS)

Movimento Girassol - São Borja (RS)

Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR

Movimento Nacional dos Direitos Humanos

Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária

Movimento pelo fim da Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (RS)

Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente – MDCA (RS)

Movimento Popular Pedagógico-Escola do Povo (RS)

NECAD - Núcleo de Estudos da Criança, Adolescente e Família/DSS/UFSC;

Nuances – grupo pela livre expressão sexual

Núcleo de Educação, Cultura e Desporto do PT no Congresso Nacional

Núcleo de Estudos de Infância e da Juventude/Ceam/UnB

OAB Pará

Observatório Latino-americano sobre Tráfico de Pessoas e Contrabando de Migrantes/

Observatorio Latinoamericano sobre Trata y Trafico de Personas
ONG Outra Visão LGBT – Porto Alegre

Pastoral do Menor Nacional

Plan Internacional Brasil

Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente
- Peteca

Projeto Meninos e Meninas de Rua

Rede Ecpat Brasil

Rede Nacional de Mulheres Negras no Combate a Violência

Rede Nacional de usuários, entidades, trabalhadores e Ass. de usuarios do SUAS
- ReuneSUAS,

Rede Nacional Primeira Infância - RNPI

Rede Não Bata, Eduque

Romani - Federação Sul Matogrossense de Cultura Cigana

SEFRAS/ Serviço Franciscano de Solidariedade

Serviço de Paz – SERPAZ - São Leopoldo (RS)

Sindicato dos Farmacêuticos do Rio Grande do Sul (Sindfarm) (RS)

Sindicato Unificado dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Alto Uruguai -
SUTRAF (RS)

Tempojunto

Themis - Gênero Justiça e Direitos Humanos (RS)

União Brasileira de Educação e Ensino - Marista

União Brasileira de Mulheres (UBM)

Visão Mundial

Conselheiros e Conselheiras Tutelares

Ademir da Rosa - Conselheira Tutelar - Aratiba (RS)

Aladir Mariga - Conselheiro Tutelar - Erechim (RS)
Alcindo Rodrigues Pereira - Conselheiro Tutelar - Canoas (RS)

Aline Cardoso - Conselheira Tutelar - Jaquirana (RS)

Ana Crista Medeiros – Conselheira Tutelar

Ana Cristina Medeiros (Cris Medeiros) – Conselheira Tutelar - Porto Alegre (RS)

Aline Hofahater - Conselheira Tutelar - Esteio (RS)

Ana Rita Maria - Conselheira Tutelar - Charqueadas (RS)

Andrea Ayub Mazzuco - Conselheira Tutelar - São Borja (RS)

Andréia Beatriz Peixoto Cardoso - Conselheira Tutelar Micro 2 - Porto Alegre (RS)

Angelita Mara Gonçalves - Conselheira Tutelar - Cambará do Sul (RS)

Anilda Gerhard - Conselheira Tutelar - Riozinho (RS)

Carlos Alberto Zordan - Conselheiro Tutelar – Vila Maria (RS)

Carlos Fernando de Almeida Thober - Conselheiro Tutelar - Canoas (RS)

Carolina Grazziontin - Conselheira Tutelar - Antônio Prado (RS)

Cleo dos Santos Teixeira - Conselheiro Tutelar Micro 2 Porto Alegre (RS)

Cleusa Regina Martins - Conselheira Tutelar - Torres (RS)

Daniel Silveira Cardozo - Conselheiro Tutelar - Canoas (RS)

Dante Carrieli - Conselheiro Tutelar - Micro 4 - Porto Alegre (RS)

Debora Sinara Pires Raimundo - Conselheira Tutelar - Santana do Livramento (RS)

Deuzita Rosa - Conselheira Tutelar - Nova Santa Rita (RS)

Dilço Batista Rodrigues - Conselheiro Tutelar - Farroupilha (RS)

Dilvio de Oliveira Ramos - Conselheiro Tutelar - Canoas (RS)

Dione Cristiane - Conselheira Tutelar - São Leopoldo (RS)

Douglas Butzk - Conselheiro Tutelar Suplente - Sapucaia do Sul (RS)

Elisângela Dutra Raimundo - Conselheira Tutelar - Cambará do Sul (RS)

Elisangela Siqueira de Oliveira - Conselheira Tutelar - Canoas (RS)

Erica Santori - Conselheira Tutelar - Vila Maria (RS)

Eron Sidnei França - Conselheiro Tutelar - São Francisco de Paula (RS)

Fabiane Poncio de Oliveira - Conselheira Tutelar - Parobé (RS)

Fabiane Scherer - Conselheira Tutelar - Canoas (RS)

Felipe Azevedo Ribeiro - Conselheiro Tutelar - Balneário Pinhal (RS)

Francisca Alves Filha Pereira - Conselheira Tutelar de sobradinho II/DF

Francisco Geovani de Sousa - Conselheiro Tutelar da Micro 9 de Porto Alegre (RS)

Izabel da Costa Rodrigues Silveira - Conselheira Tutelar - Torres (RS)

Janaína Lúcia Feijó - Conselheira Tutelar - Gravataí (RS)

Jaqueline Andrigo da Silva - Conselheira Tutelar - Canoas (RS)

Jonatã Junior Rodrigues Ferreira - Conselheiro Tutelar e delegado na XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Santo Ângelo (RS)

Josué dos Santos Allemane - Conselheiro Tutelar - Micro 2 - Porto Alegre (RS)

Karen Araújo - Conselheira Tutelar - Santana do Livramento (RS)

Katia Melícia Castro Krever - Conselheira Tutelar - Charqueadas (RS)

Loreni de Goes - Conselheira Tutelar - São Leopoldo (RS)

Luciano André Abramchuk Perosa - Conselheiro Tutelar - Erechim (RS)

Luciano Botelho de Souza - Conselheiro Tutelar - Micro 2 - Porto Alegre (RS)

Luis Paulo Ribeiro Dull Junior - Conselheiro Tutelar Micro 8, Porto Alegre (RS)

Márcia Gil Rosa - Conselheira Tutelar Micro 8, Porto Alegre (RS)

Maria Carmen Costa Gomes - Conselheira Tutelar - Riozinho (RS)

Maria Inês Nunes Barcelos - Conselheira Tutelar - Micro 3 - Porto Alegre (RS)

Maria Medianeira Zaltron - Conselheira Tutelar - Picada Café (RS)

Maria Regina dos Santos Paz - Conselheira Tutelar - Esteio (RS)
Matheus Domingues Borges - Conselheiro Tutelar - Charqueadas (RS)

Michele Vieira Paiva São - Conselheira Tutelar - São Francisco de Paula (RS)

Nádia Santana - Conselheira Tutelar - Santana do Livramento (RS)

Neusa Quadros da Luz Carvalho - Conselheira Tutelar - Torres (RS)

Patrícia Berenice Hugentobler - Conselheira Tutelar - Nova Hartz (RS)

Patrik Nunes Morales - Conselheiro Tutelar - Itaqui (RS)

Rafaele Silva Abeserage - Conselheira Tutelar - Micro 4 - Porto Alegre (RS)

Rogério Bahi Behn - Conselheiro Tutelar - Canoas (RS)

Romário Coelho - Conselheira Tutelar - Santana do Livramento (RS)

Sabrina Salazar - Conselheira Tutelar Micro 5 - Porto Alegre (RS)

Salette Basso de Lima Alminhana - Conselheira Tutelar Micro 10 - Porto Alegre (RS)

Sandra Renata da Silva Garzão - Conselheira Tutelar - Charqueadas (RS)

Sonia Mara Souza Bitencourt do Canto - Conselheira Tutelar - Canoas (RS)

Sueli Rieffer - Conselheira Tutelar - Santana do Livramento (RS)

Tassiana Wilborn - Conselheira Tutelar - Novo Hamburgo (RS)

Terezinha Maria Woelffel Vergo - Conselheira Tutelar Micro 8, Porto Alegre (RS)

Valdori Sérgio Gomes Pires - Conselheiro Tutelar - Panambi (RS)

Vinicius Lobão - Conselheiro Tutelar do Lago Sul (DF)

Wilian Félix da Silva - Conselheiro Tutelar - Nova Santa Rita (RS)

Marli Helms Demuner - Conselheira Tutelar